



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**25/05/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 3
1.2. POSSE.....	4
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. CAMPANHA.....	5
2.2. DECISÕES.....	6
2.3. DESEMBARGADORES.....	7
2.4. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	8

## Regina Rocha - procuradora-geral de Justiça

# “Sinto-me feliz por ter realizado todos os compromissos propostos”

Candidata à reeleição como procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha faz um balanço dos dois anos que passou à frente do Ministério Público estadual e fala sobre os planos e metas para o biênio 2014-2016, caso seja reeleita amanhã

**H**á dois anos à frente do Ministério Público do Maranhão, a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, que é candidata à reeleição, em pleito que ocorrerá amanhã, contabiliza os avanços obtidos pela instituição no período, como valorização de membros e servidores, melhorias das condições estruturais dos órgãos de execução, transparência e modernização da gestão. Ela apresenta ainda algumas de suas prioridades para o biênio 2014-2016, caso seja reeleita.

### Como a senhora avalia a gestão que está finalizando?

**Regina Rocha** - Focamos o nosso trabalho na valorização, união e respeito entre membros e servidores, bem como na melhoria e reestruturação das instalações dos órgãos de execução, requisitos essenciais para que o Ministério Público cresça como uma instituição forte internamente e apta a atender as reivindicações da sociedade, que cobra cada vez mais resultados efetivos. Ao final desta gestão, sinto-me feliz e honrada por haver realizado integralmente todos os compromissos que havíamos proposto há dois anos, além de outras conquistas obtidas em prol do Ministério Público maranhense.

### Quais os avanços que a administração realizou nesse sentido?

**Regina Rocha** - Nós nos propusemos a implantar uma gestão verdadeiramente democrática, transparente e eficiente. E de fato obtivemos importantes conquistas. Reativamos o Fórum Permanente do Ministério Público com reuniões em São Luís e Timon; implementamos a itinerância da Administração Superior, com visitas às Promotorias de Justiça e com reuniões regionais. Buscamos a descentralização da Admi-

nistração com a implantação de rotinas administrativas, com fluxogramas para cada uma delas e criação de novos setores. Com isso, proporcionamos a tramitação dos processos administrativos de forma célere, visando garantir os direitos pleiteados.

### E para agilizar processos, foram realizadas quais ações?

**Regina Rocha** - Modernizamos e ampliamos o parque tecnológico, com implantação do SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público), proporcionando o cadastro de processos judiciais e extrajudiciais e do Sistema DIGIDOC, para tramitação de processos administrativos on-line. Implantamos o Programa de Segurança Institucional com capacitação para membros e servidores e criamos o Programa de Segurança aproximada de Membros e servidores. Enfim, foram diversas ações no sentido de reapeçar o Ministério Público para o bom desempenho de suas funções, inclusive dotando todas as Promotorias de Justiça com pelo menos um servidor efetivo do MP, sendo meta para a nova gestão a ampliação do número de servidores para compatibilizar o quadro funcional com as demandas institucionais.

### Com relação à valorização da carreira dos membros e servidores, o que foi feito?

**Regina Rocha** - Mantivemos o compromisso com a valorização da carreira do Ministério Público, através dos projetos de leis construídos coletivamente com o Colégio de Procuradores de Justiça e, posteriormente, aprovados na Assembleia Legislativa e sancionados pelo Executivo. Obtivemos importantes avanços, inclusive remuneratórios, com reajuste de subsídios e outras conqui-

tas, como o pagamento da direção de Promotoria aos membros. Criamos 29 novos cargos de Promotor de Justiça, sendo 21 da entrância final, propiciando uma ampla movimentação na carreira. Pela Lei nº 9.688/2012, foram criados cargos de assessor de promotor de Justiça para todas as Promotorias, garantindo assim a isonomia entre os membros. Antes disso, somente existiam cargos de assessor para os promotores da capital, Imperatriz e Viana. Implantamos o novo Plano de Cargos e Salários com reajustes reais para servidores efetivos (2012) e comissionados (2013) e concedemos a reposição anual em 2013 e 2014. Realizamos o concurso de servidores em 2013, empossando todos os aprovados e atualmente chamando os classificados está em andamento concurso de membros, para 25 cargos mais os que vagarem, com a aplicação das provas da 2ª fase na última semana. Realizamos dois concursos de remoção de servidores e ampliamos o processo seletivo para estágio remunerado, estendendo-o para as Promotorias de entrância intermediária e inicial, sendo realizado concurso de estágio, com 4.333 mil inscritos, cujo resultado será homologado no próximo dia 30.

### E no que diz respeito à estrutura física do Ministério Público, quais os principais resultados na sua gestão?

**Regina Rocha** - Concluímos a fase de reforma estrutural do prédio das Promotorias da capital e já ultimamos a licitação da segunda fase de reforma, com a entrega final do prédio aos promotores e à sociedade em aproximadamente um ano e meio, além do que já iniciamos todos os processos administrativos para aquisição de equipamentos e móveis para seu

funcionamento. Além disso, foi aprovado o projeto de construção do anexo do prédio das Promotorias de Justiça da Capital, estando em tramitação o processo licitatório do projeto arquitetônico. Estamos em fase de finalização da obra do prédio da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça, inclusive com móveis e demais equipamentos necessários ao funcionamento já adquiridos e disponibilizados. Aprovamos o projeto padrão das Promotorias de Justiça de entrâncias inicial e intermediária, a exemplo das Promotorias de Justiça de Maracáçumé, Pindaré e Governador Eugênio de Barros, construídas em nossa gestão, e outras que estão em andamento. Reformamos várias sedes existentes e locamos imóveis para funcionamento de promotorias no interior do Estado. Iniciamos a construção da nova sede das Promotorias de Imperatriz, com quatro andares. Mudamos a sede das Promotorias de Justiça da Capital, antes na Cohama, para novo prédio localizado no São Francisco, no antigo Hotel Panorama, com instalações adequadas para os membros, servidores e a sociedade. Reativamos o Memorial do Ministério Público, onde funciona também a Promotória do Consumidor, no Centro da Cidade (Montanha Russa).

### E com relação ao relacionamento interinstitucional?

**Regina Rocha** - Buscamos o reconhecimento do caráter nacional do Ministério Público, sob os mais variados aspectos: institucionais, administrativos e remuneratórios, incorporando, inclusive, experiências e programas consagrados em outros ramos do MP. Firmamos parcerias com o Ministério Público Federal, Conselho Nacional do Ministério Pú-

blico, Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, entre outras instituições. Buscamos maior interação e o compartilhamento de informações e projetos com os outros órgãos de fiscalização, como o MPF, a CGU, a CGE, o TCE, TCU, Receita Federal e agências reguladoras, ora mediante termos de cooperação, ora mediante reuniões e cursos, para elaboração de metas de ação conjunta. Celebramos convênios com o Banco Central, Ministério Público Federal, Ministério Público do Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, dentre outros órgãos. Implantamos projetos institucionais em áreas como a educação, saúde e segurança pública, dentre os quais gostaria de ressaltar: o *Programa Educação de Qualidade: direito de todo maranhense*, *Programa Direito à Saúde: prevenção, controle e combate à corrupção*, *Plano de Ação Integrada do Ministério Público do Maranhão: controle e fiscalização dos sistemas de segurança pública e penitenciária do estado*, *Campanha Conte até Dez*, *Maria da Penha em ação*, dentre outros.

#### Quais as ações desenvolvidas para dar maior transparência ao Ministério Público em sua gestão?

**Regina Rocha** - Reformulamos o site oficial do Ministério Pú-

blico, buscando facilitar o acesso à informação, garantindo a transparência e divulgação de notícias de cunho Institucional, de forma impessoal, característica da nossa gestão. Com isso, as informações do Ministério Público estão disponibilizadas a toda a sociedade, de forma simplificada e acessível, sem prejuízo de que o interessado possa formular diretamente o pedido de informações que julgar necessárias, na forma da Lei de Acesso à Informação.

#### E com relação à atuação judicial da Procuradoria Geral de Justiça em sua gestão?

**Regina Rocha** - Com a criação e a implementação de oito novos cargos, proporcionamos uma ampla reestruturação da Assessoria Especial, com a descentralização de suas atividades, e por consequência, proporcionando sensível celeridade no trâmite dos feitos, com o rígido cumprimento dos prazos judiciais e administrativos. A Assessoria Jurídica da Administração ocupa-se, sobretudo, dos feitos administrativos relativos a processos licitatórios e de direitos de servidores, proporcionando dinamismo à máquina administrativa, e com isso, a Assessoria Especial [jurídica] passou a direcionar seus trabalhos mais especificamente aos processos judiciais de atribuição da procuradora-geral de Justiça. Como resul-

tado, aumentou o número de ações originárias propostas por mim neste biênio: 74 ações penais contra detentores de foro privilegiado no TJMA e 61 ações de natureza cível. Também houve incremento nos números de recursos perante o Tribunal de Justiça e os Tribunais Superiores, com importantes resultados em favor do MPE, dentre os quais podemos ressaltar o mandado de segurança pelo qual obtivemos a continuidade do andamento do processo do assassinato do jornalista Décio Sá e a revogação da liberação de "Júnior do Mojó".

#### Como é o relacionamento com as entidades classistas de membros e servidores?

**Regina Rocha** - Reativamos o diálogo com a associação de classe de membros do Ministério Público, a Ampem, antes bastante enfraquecido, e propiciamos discussões amplas e democráticas, com participação em sessões do Colégio, onde sempre garantimos a voz da entidade classista, no Conselho Superior do MP e em reuniões institucionais. Estabelecemos uma via permanente de interlocução com os servidores e suas entidades classistas, reativando a mesa de debates com a associação de classe e sindicato de servidores, propiciando discussões amplas e democráticas, principalmente nas importantes conqui-

tas remuneratórias obtidas. Além disso, propiciamos a participação dos servidores, por meio de seus representantes, em reuniões institucionais e comissões de estudo, inclusive para a reforma da Lei nº 8077/2004, que dispõe sobre os servidores do MP/MA.

#### Como a senhora recebeu o voto de reconhecimento que o Conselho Nacional de Procuradores Gerais deu à sua gestão à frente do MPMA?

**Regina Rocha** - É, para nós, sinal de que estamos no caminho certo, realizando um trabalho sério à frente da instituição e comprometido com as expectativas da sociedade maranhense.

#### Caso a senhora seja reconduzida ao cargo, quais são as suas prioridades para a próxima gestão?

**Regina Rocha** - Vamos consolidar as conquistas alcançadas, propiciando a membros e servidores melhores condições, ainda, para atender as demandas da sociedade, e continuando as ações de modernização e segurança institucional. Também iremos incentivar ainda mais os mecanismos de controle social, mantendo a interlocução multissetorial, para dar mais agilidade nas atuações com outros órgãos de fiscalização, a exemplo do MPU, TCE, TCU, Receita Federal e agências reguladoras.

Biné Moraes



Regina Rocha: "Estamos no caminho certo, realizando um trabalho comprometido com a sociedade"

“ Obtivemos importantes avanços, inclusive remuneratórios, com reajuste de subsídios e outras conquistas, como o pagamento da direção de Promotoria aos membros. Criamos 29 novos cargos de Promotor de Justiça, sendo 21 da entrância final, propiciando uma ampla movimentação na carreira”

“ Nós nos propusemos a implantar uma gestão verdadeiramente democrática, transparente e eficiente. E de fato obtivemos importantes conquistas”



## Roda Viva As eleições no Maranhão-Eugênio Barros (2)

Benedito Buzar

bbbuzar@hotmail.com

**A** eleição à sucessão de Sebastião Archer da Silva deu-se a 3 de outubro de 1950, dia em que, também, seriam escolhidos o novo presidente e vice da República, um senador, deputados federais e estaduais.

Estas eleições apresentaram um cenário diferente do pleito anterior, travado em 1947. Primeiro, pela presença de uma nova legenda partidária, o Partido Social Trabalhista, criado pelo senador Victorino Freire e pelo qual concorreu à vice-presidência da República. Segundo, por conta do rompimento do vice-governador Saturnino Bello com o vitorinismo, levando-o a integrar o bloco das Oposições Coligadas - PSP, UDN, PSD, PR, PL e PTB, pelo qual se lançou candidato ao cargo de governador.

Ao senador Victorino, pelo incontestável domínio na política maranhense, coube escolher o nome para disputar o pleito: Eugênio Barros, industrial e ex-prefeito de Caxias, onde realizara exemplar administração.

Eugênio, por não sofrer resistências dos membros do PST, a 15 de julho de 1950, em convenção realizada no Palácio dos Leões, teve sua candidatura homologada, sendo seu companheiro de chapa, o tenente da Marinha, Renato Archer.

Pelas estimativas do TRE, 254.321 eleitores, dos quais 43.306 pertenciam às três zonas eleitorais de São Luis, compareceram às eleições majoritárias e proporcionais de 1950. Com a abertura das urnas, evidenciava-se em São Luis a superioridade do candidato oposicionista sobre o governista, mas este, no interior do estado, impunha-se de modo galopante.

Pelo desenrolar das apurações, tudo indicava que o oposicionista Saturnino Bello seria o vitorioso, mas, surpreendentemente, o TRE anulou aproximadamente 16 mil votos da

Capital, permitindo a Eugênio Barros ultrapassá-lo em torno de 6 mil votos. A situação complica-se com a inesperada morte de Saturnino Bello, a 16 de janeiro de 1951, vitimado por um enfarte cardíaco, deixando o eleitorado de São Luis revoltado, pois o desaparecimento do candidato passou a ser creditado aos juizes, que acharam por bem não realizar as eleições suplementares, no pressuposto de que não se vota em candidato morto. Em vista disso, o TRE diplomou Eugênio Barros governador do Estado.

A posse, marcada para o dia 31 de janeiro, terminou transferida para março, graças a um acordo para dar tempo ao Tribunal Superior Eleitoral de julgar os processos pendentes.

O acordo, contudo, foi rompido por Eugênio que decide tomar posse antes da data marcada, tendo o cuidado de solicitar força federal ao TSE para garanti-la, no que é prontamente atendido. No dia 28 de fevereiro, às 10 horas, no Tribunal de Justiça, presta juramento de posse, ato não realizado na Assembleia por esta encontrar-se em recesso. Em seguida dirige-se ao Palácio dos Leões, para receber o cargo.

Enquanto a solenidade ocorria, grupos de populares, mobilizados pelos líderes oposicionistas, promoviam nas ruas violentos atos de repúdio e protesto, retirando do ar a Rádio Timbira, empastelando o Diário de São Luis, jornal que apoiava o governo e depredando as casas de juizes do TRE. A Polícia Militar, acionada para manter a ordem, enfrenta a população e contra ela abre fogo, episódio que acaba com numerosos feridos e um morto. Para restabelecer a ordem pública, tropas do 24º Batalhão de Caçadores, que estavam de prontidão, entram em ação.

Com a presença do general Edgar-

dino Pinta, comandante do 10ª Região Militar, um novo acordo foi firmado: Eugênio Barros se afasta do governo, viaja para o Rio de Janeiro, sendo substituído pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado César About, até que os recursos fossem julgados pelo TSE. A cidade volta à calma e as atividades públicas e privadas são reativadas.

Eugênio Barros volta a São Luis no começo de setembro de 1951, após a decisão do TSE, que reconhece a legitimidade de sua diplomação. Na sua chegada, novos distúrbios e protestos, com o centro da cidade transformado em praça de guerra e troca de tiros entre policiais, populares e políticos, com mais feridos e mortos.

A situação foi contornada pelas forças do 24º BC, que ocuparam novamente os lugares mais agitados e assim evitar conflitos. A despeito disso, Eugênio entra no Palácio dos Leões e investe-se no cargo. Mas não governar porque os oposicionistas mantinham-se concentrados no Largo do Carmo, de onde incitavam a massa a somente sair dali quando o presidente Getúlio Vargas decretasse a intervenção federal no Maranhão.

Enquanto o Governo federal decidia se intervinha ou não, Eugênio, diplomática e sensatamente, convence a massa a procurá-lo no Palácio dos Leões onde atende as reivindicações dos que perderam os seus tetos, causados por incêndios criminosos.

Resultado: o movimento grevista esvazia-se, perde força, Eugênio conquista a massa e convence o Governo federal de que intervir no Estado era conversa para boi dormir dos oposicionistas.

**Ao senador Victorino, pelo incontestável domínio na política maranhense, coube escolher o nome para disputar o pleito: Eugênio Barros, industrial e ex-prefeito de Caxias, onde realizara exemplar administração.**

## Copa & crack

Muito oportunamente, a desembargadora Cleonice Freire escolheu como tema da campanha publicitária do Tribunal de Justiça do Maranhão para o período da Copa do Mundo, o grande perigo que representam as drogas para a sociedade, com destaque para o crack, que vem se alastrando como uma praga entre crianças e adolescentes. “Jogue contra as drogas” foi lançada em ato solene no Fórum de São Luís e está disponível no portal do TJ-MA – [WWW.tjma.jus.br](http://WWW.tjma.jus.br) e terá distribuição de folders e cartazes em escolas e bairros de todo o estado.

▶▶ Enquanto isso, nas redes sociais...!!! A jornalista Alice Pires postou que "a justiça do Maranhão determinou, por liminar, que o governo do estado enviasse sete ônibus escolares para a cidade de Bacuri, local onde ocorreu a tragédia que vitimou 8 adolescentes, no mês de abril, quando dezenas de estudantes estavam sendo transportados em 'pau-de-arara'!!! Pois bem, os ônibus estavam a caminho de Bacuri, anteontem. Quando Roseana Sarney soube, ficou looucaaaa dos ônibus dela. E sabe o que ela fez? Mandou trazer de volta os ônibus. Detalhe: Há um ano, 70 ônibus escolares estavam abandonados num galpão".



## José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globocom / www.joseluizalmeida.com

### CRIMINALIDADE E GARANTISMO PENAL

**D**urante 19 (dezenove) anos fui titular da 7ª Vara Criminal de São Luís, e nesses anos todos me dediquei em tempo integral ao exercício judicante, como sempre o fiz em todas as comarcas por onde passei e nas quais fixei residência.

Quase solitariamente, ao longo desses anos, fiz audiências pela manhã e pela tarde, de segunda a sexta-feira, e a minha ação foi movida tão somente pelo espírito público que deve nortear as ações de qualquer agente do Estado, tendo, nesse panorama, contribuído para que vários criminosos não ficassem impunes, o que faço até os dias atuais.

O fórum do Calhau, durante esse período, testemunhou meus passos quase solitários pelos seus corredores, no expediente da tarde; corredores que, no período vespertino, só pareciam ter vida quando os presos de justiça eram levados para as audiências na sétima vara criminal ou para alguma outra vara de algum colega que, assim como eu, não fazia concessões ao ócio ou à letargia no período da tarde.

Todos sabiam – juízes, advogados, promotores de justiça, defensores públicos, funcionários, policiais etc. – que, todos os dias úteis, pela manhã e à tarde, eu estava lá, firme, decidido, sem inventar desculpas, indiferente aos que me advertiam para o risco de estar num ambiente quase deserto, sujeito à ação de algum meliante que, eventualmente, desejasse encetar um projeto de vingança, como ocorreu certa feita, quando o irmão de um determinado réu, cujo pleito de liberdade provisória foi por mim indeferido, invadiu o meu gabinete para tomar satisfação.

Essas linhas introdutórias objetivam, tão somente, reafirmar o óbvio, ou seja, que sempre fui – e sempre serei – comprometido com o julgamento dos processos sob a minha direção e que nunca transigi com a criminalidade, principalmente a violenta.

Conquanto rigoroso nos meus julgamentos, sempre fui – e sou – um magistrado garantista, pois sempre decidi e sempre decidirei convictamente, ainda que incompreendido pelos que almejam punição a qualquer custo, com os olhos fixados na Constituição da República, razão bastante para não fazer concessão aos erros judiciários com os quais me deparei todos os dias,

enquanto juiz de segundo grau.

Reafirmando o óbvio, anoto que no exercício das minhas atividades judicantes, sempre fui e sempre serei um intransigente e obstinado defensor do Estado de Direito, razão pela qual não transijo, sob qualquer perspectiva, com o uso do processo criminal como instrumento de vingança ou, como anotei acima, para cancelar erros judiciários de quem quer que seja, a pretexto de combater o crime.

Com esse sentimento, estando há quatro anos desembargador, sublimando o garantismo penal, incontáveis vezes acatei pleitos da defesa no sentido de minorar as penas fixadas de forma exacerbada, sem nenhuma justificativa, numa clara afronta ao texto constitucional. E assim o faço, não porque não tenha compromisso com a sociedade, mas por entender que o processo penal, numa sociedade democrática, não deve ter um fim utilitarista, não deve estar a serviço da opressão ou da afronta aos direitos do cidadão.

Não se constrói uma sociedade democrática espezinhando o direito dos cidadãos, ainda que eles tenham transgredido a ordem. Não deve o juiz, ao julgar, se despojar das talares para se converter em justiceiro. O juiz que eventualmente tripudie sobre os direitos do acusado, a pretexto de combater a criminalidade, não difere muito dos que, arvorando-se de justiceiros, fazem justiça com as próprias mãos.

Tenho dito, até com alguma exaustão, que o processo penal é um termômetro dos elementos autoritários ou democráticos de uma Constituição. Significa dizer que a uma Constituição autoritária correspondem processos penais também autoritários, utilitaristas, não garantistas; a uma Constituição democrática, como a nossa, correspondem, necessariamente, processos penais também democráticos, a serviço, pois, da máxima eficácia do sistema de garantias constitucionais do indivíduo.

O processo, aí está o equívoco de muitos, não pode ser visto simplesmente como instrumento a serviço do poder punitivo (Direito Penal). Ao reverso, o processo penal deve ter por escopo limitar o poder, garantir os direitos dos indivíduos a ele (ao processo) submetidos.

O processo, diferente do que pensam os não garantistas, é o caminho necessário para chegar-se,

legitimamente, à pena; processo, no sentido aqui empregado, só se legitima, só justifica a sua existência, se forem observadas as regras e as garantias constitucionalmente asseguradas.

Um juiz, seja ele conservador ou progressista, minimalista ou maximalista, não pode aderir ao discurso dos que querem penas a qualquer custo e sem restrição, já que nenhuma decisão criminal se legitimará se o magistrado, afrontando as leis do seu país, a pretexto de combater a criminalidade, se deixar levar pelo clamor público e pelas evidências midiáticas, abespinhando os preceitos legais que devem permear as suas ações.

O que faz de um magistrado respeitado é a sua retidão, o seu caráter, a sua abnegação, dedicação profissional e postura moral. É um engano se despojar das talares e vestir a camisa dos que querem punição a qualquer custo, ainda que em detrimento das garantias constitucionais dos acusados, como o fazem, por exemplo, os que sem nenhuma fundamentação exacerbam as reprimendas penais, a pretexto de dar uma resposta aos clamores da sociedade.

Nesse cenário, reafirmo que juiz rigoroso não é o que exagera as penas sem fundamentação, que faz concessão ao erro, a pretexto de combater a criminalidade. Juiz rigoroso, num Estado Democrático de Direito, é o que decide com os olhos voltados para as garantias constitucionais dos cidadãos, sem fazer distinções discriminatórias, sem se despojar de sua condição de magistrado, ainda que no polo passivo da relação processual figure um contumaz infrator ou um desses etiquetados do Direito Penal.

Juiz rigoroso é, na minha avaliação, o que, sem tergiversar e ainda que possa ser incompreendido, tem a coragem de anular uma decisão judicial não fundamentada, se recusando, nesse passo, a empregar a sua chancela às decisões que são gestadas ao arrepio das leis do seu país, a pretexto de combater o crime, não sendo demais anotar que a intervenção do Estado, através do Direito Penal, encontra limites na Carta Constitucional, razão pela qual os órgãos persecutórios têm o dever de preservar as garantias constitucionais substanciais e formais dos acusados, sob pena de não se legitimar.

É isso.

►► E pra fechar...

Caro Dr. Pêta:

SÃO LUÍS ESTÁ SOB TEMPESTADE.

A cidade tem sofrido com as intensas chuvas caídas nos últimos dias. Houve alagamentos em vários pontos da capital, causados ou por falta de drenagem, ou drenagem insuficiente, com tubulações subdimensionadas para receberem o grande volume de águas pluviais que se abateu sobre a capital maranhense. Já choveu, até aqui, mais do que o previsto para chover o ano inteiro. Nunca, em tempo algum, caiu tanta água em São Luís, e isso tem causado alagamentos. São aterros irregulares, que provocam o assoreamento de rios e lagos, e construções em cima de galerias, além de colocação de lixo (sacos plásticos, garrafas pets, etc.) nas ruas pela população. Esses problemas são antigos, e o secretário da Semosp, Antônio Araújo, desde o início da atual administração, tem sido incansável em prevenir e promover, junto com a sua equipe, a limpeza e desobstrução dos bueiros, bocas de lobo e canais, a fim de evitar maiores danos à população da capital, assim como a operação tapa buracos. Contudo, a Prefeitura passa por uma grave crise financeira que assola os municípios de todo o Brasil, com queda na receita e redução do Fundo de Participação dos Municípios, o que veio a prejudicar todos os projetos elaborados pela Semosp no melhorar a mobilidade urbana da capital, com abertura de novas vias inter-bairros, recapeamento asfáltico de todas as ruas e avenidas da cidade, e o alargamento de todas as galerias, e pontos de captação de águas pluviais existentes. Além do que, nesta semana aterrorizante para São Luís, houve uma paralisação das empresas terceirizadas que trabalham para a prefeitura, interrompendo os trabalhos da operação tapa buracos e de desobstrução e limpeza de bueiros e canais, sendo necessária ação da Procuradoria Geral do Município, através do seu procurador geral Marcos Braid, com pedido de liminar deferido pelo Juízo da 3º Vara da Fazenda Pública, que determinou a desobstrução do livre acesso à secretaria de obras que se encontrava impedido, e também o deslocamento de máquinas e equipamentos, para continuidade dos serviços públicos.

(Praxedes Sousa Marques – Jornalista,  
São Luís MA)